

Sumário

Capítulo 1 – Introdução

1.1. Conteúdo e conceito do Direito Administrativo	1
--	---

Capítulo 2 – Administração Direta e Indireta 3

2.1. Atividade administrativa	3
2.2. Noção de Administração Pública	4
2.3. Descentralização e desconcentração	4
2.4. Descentralização política e administrativa	5
2.5. Modalidades de descentralização administrativa	5
2.6. Administração Direta	6
2.7. Administração Indireta	7
2.8. Autarquias	8
2.9. Fundações	10
2.10. Empresa pública	12
2.11. Sociedade de economia mista	13
2.12. Traços distintivos entre empresa pública e sociedade de economia mista	14
2.13. Empresa pública e sociedade de economia mista – derrogações das normas de direito privado	15
2.14. Preceitos comuns às autarquias e fundações de natureza pública	16
2.15. Empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público	16
2.16. Falência de empresas públicas e sociedades de economia mista ...	17

Capítulo 3 – Princípios constitucionais da Administração Pública

3.1. Legalidade	19
3.2. Impessoalidade	20
3.3. Moralidade	20
3.4. Publicidade	21
3.5. Eficiência	21
3.6. Princípios informativos da Administração Pública	22
3.6.1. Finalidade pública – supremacia do interesse público sobre o privado	22
3.6.2. Indisponibilidade do interesse público	23
3.6.3. Continuidade do serviço público	23
3.6.4. Razoabilidade e proporcionalidade	24

Capítulo 4 – Poderes da Administração Pública

4.1. Poder de polícia	25
4.1.1. Distinções entre polícia administrativa e judiciária	26

4.1.2. Características do exercício do poder de polícia	27
4.1.3. Limites ao exercício do poder de polícia	27
4.2. Poder hierárquico	28
4.3. Poder disciplinar	29
4.4. Poder normativo	29

Capítulo 5 – Agentes públicos

5.1. Agente público	31
5.1.1. Agente político	31
5.1.2. Particulares em colaboração com o Poder Público	32
5.1.3. Militares	32
5.1.4. Servidores públicos	32
5.2. Regime jurídico	33
5.3. Diferenças entre cargo, emprego e função	35
5.4. Concurso público	36
5.5. Estabilidade	38
5.6. Estabilidade e efetividade	41
5.7. Provimento	42
5.8. Vacância	45
5.9. Funções de confiança e cargos em comissão	47
5.10. Direito de livre associação sindical e direito de greve	48
5.11. Servidor público no exercício do mandato eletivo	48
5.12. Remoção e distribuição	48
5.13. Sistema remuneratório dos servidores	49
5.13.1. Vantagens	54
5.13.2. Garantias constitucionais	54
5.14. Licenças e afastamentos previstos na Lei nº 8.112/90	55
5.15. Direito de petição	56
5.16. Proibição de acumulação de cargos	57
5.17. Responsabilidade administrativa, penal e civil do servidor ...	57
5.18. Regime disciplinar	60
5.18.1. Deveres e proibições	60
5.18.2. Penalidades	60
a) Pena de advertência	61
b) Pena de suspensão	62
c) Pena de demissão	62
d) Pena de cassação da aposentadoria e da disponibilidade ...	63
e) Pena de destituição de cargo em comissão	63
5.19. Competência para aplicação de penalidades	64
5.20. Procedimentos sumários de apuração de faltas	64
5.21. Prescrição	65
5.22. Sindicância	65

5.23. Afastamento preventivo	67
5.24. Processo administrativo disciplinar	67
5.25. Revisão administrativa	70
5.26. Seguridade Social do servidor público federal à luz da Constituição Federal e dos termos da Lei nº 8.112/90	71
5.26.1. Aposentadoria	72

Capítulo 6 – Atos administrativos

6.1. Conceito	77
6.2. Fato administrativo	78
6.3. Atributos do ato administrativo	78
6.3.1. Auto-executoriedade	78
6.3.2. Imperatividade	79
6.3.3. Presunção de legitimidade e de veracidade	79
6.3.4. Tipicidade	80
6.4. Elementos	80
6.4.1. Sujeito ou competência	80
6.4.2. Objeto	81
6.4.3. Forma	81
6.4.4. Motivo	81
6.4.5. Finalidade	82
6.5. Discricionariedade e vinculação	82
6.6. Controle de legalidade e de mérito	84
6.7. Motivação e teoria dos motivos determinantes	85
6.8. Classificação	86
6.8.1. Quanto à formação da vontade	86
6.8.2. Quanto à exequibilidade	86
6.8.3. Quanto à eficácia	87
6.8.4. Quanto às prerrogativas	88
6.9. Espécies de atos administrativos	88
6.9.1. Atos negociais	88
a) Licença	88
b) Autorização	89
c) Permissão	89
d) Admissão	89
e) Aprovação e homologação	90
6.9.2. Atos ordinatórios	90
6.9.3. Atos enunciativos	90
6.9.4. Atos normativos	91
6.9.5. Atos punitivos	91
6.10. Extinção dos atos administrativos	91

6.10.1. Anulação	91
a) Prazo decadencial para a Administração anular os seus próprios atos	93
b) Convalidação	93
c) Confirmação	94
6.10.2. Revogação	95
6.10.3. Anulação – revogação: vinculação e discricionariedade	95
6.10.4. Cassação	96
6.10.5. Caducidade	96
6.10.6. Contraposição	96

Capítulo 7 – Licitação

7.1. Conceito	97
7.2. Princípios	98
7.3. Dispensa e inexigibilidade	99
7.4. Modalidades de licitação	100
7.4.1. Concorrência	101
7.4.2. Tomada de preços	102
7.4.3. Convite	103
7.4.4. Concurso	103
7.4.5. Leilão	104
7.4.6. Pregão	104
7.5. Procedimento de licitação	105
7.5.1. Edital	106
7.5.2. Habilitação	107
7.5.3. Classificação	108
7.5.4. Homologação e adjudicação	108
7.6. Recursos administrativos	110
7.7. Pregão	110
7.8. Consulta	112

Capítulo 8 – Contrato administrativo

8.1. Conceito	113
8.2. Características de um contrato administrativo	113
8.2.1. Exigência de garantia	114
8.2.2. Alteração unilateral do contrato	115
8.2.3. Anulação	115
8.2.4. Rescisão unilateral do contrato por parte da própria Administração	116
8.2.5. Restrições ao uso do <i>exceptio non adimplenti contractus</i> (exceção do contrato não cumprido)	116

8.2.6. Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro	117
8.2.7. Retomada do objeto	119
8.2.8. Fiscalização e acompanhamento da execução do contrato	119
8.2.9. Aplicação de penalidades administrativas	119
8.3. Responsabilidades do contratado	120
8.4. Extinção do contrato	120

Capítulo 9 – Responsabilidade civil extracontratual do Estado

9.1. Conceito	123
9.2. Responsabilidade civil do Estado na Constituição Federal de 1988	123
9.3. Teoria do risco administrativo e teoria do risco integral	124
9.4. Causas excludentes ou atenuantes da responsabilidade	125
9.5. Responsabilidade do Estado por atos omissivos	125
9.6. Responsabilidade do Estado por atos legislativos e jurisdicionais	126

Capítulo 10 – Bens públicos

10.1. Conceito de bem público	129
10.2. Afetação e desafetação	129
10.3. Classificação dos bens públicos	130
10.4. Regime jurídico dos bens públicos	131
10.4.1. Bens do domínio público do Estado	131
10.4.2. Bens do domínio privado do Estado	132
10.5. Alienação de bens públicos	133
10.6. Uso do bem público pelo particular – instrumentos de outorga de uso privativo	133

Capítulo 11 – Intervenção do Estado na propriedade privada

11.1. Introdução	135
11.2. Desapropriação	135
11.2.1. Conceituação	135
11.2.2. Tipos de desapropriação	136
a) Desapropriação por necessidade pública	137
b) Desapropriação por utilidade pública	137
c) Desapropriação por interesse social	137
d) Desapropriação como instrumento de sanção	137
11.2.3. Sujeitos da desapropriação	138
11.2.4. Procedimento de desapropriação	138
11.2.5. Destinação dos bens desapropriados	140

11.2.6. Imissão de posse	140
11.2.7. Indenização	140
11.2.8. Retrocessão	141
11.2.9. Tredestinação	142
11.3. Limitações administrativas	142
11.4. Tombamento	142
11.5. Ocupação temporária	143
11.6. Servidão administrativa	143
11.7. Requisição administrativa	143
Capítulo 12 – Serviços públicos	
12.1. Conceito	145
12.2. Princípios	145
12.3. Classificação	146
12.4. Concessão e permissão de serviço público	147
12.4.1. Características da concessão	148
12.5. Autorização	149
Capítulo 13 – Instrumentos de controle da Administração Pública	
13.1. Conceituação	151
13.2. Formas de controle	151
13.3. Controle administrativo	151
13.3.1. Recursos administrativos	152
13.3.2. Processo administrativo	152
a) Princípios do processo administrativo	153
13.4. Prescrição administrativa	154
13.5. Controle legislativo da Administração Pública	155
13.6. Controle judicial da Administração Pública	155
13.7. Administração Pública em juízo	156
13.7.1. Juízo privativo	156
13.7.2. Privilégios quanto aos prazos processuais	157
13.7.3. Processo especial de execução	157
13.7.4. Despesas judiciais	157
13.7.5. Prescrição quinquenal	157
13.7.6. Restrições à concessão de liminar e antecipação de tutela	158
13.7.7. Juros de mora	158
13.7.8. Duplo grau obrigatório	158
Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal pertinentes ao Direito Administrativo	
	161
Bibliografia	165